



GT 05 – O papel do Direito Urbanístico na implementação de políticas setoriais essenciais ao desenvolvimento urbano sustentável nas Escalas Local e Metropolitana

URBANO FEMININO: TECENDO DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM MODELOS CIM, A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Mayra de Souza Santos¹

1 INTRODUÇÃO

A presença feminina nos espaços públicos urbanos ainda é marcada por desafios relacionados à insegurança e exclusão. A cidade, historicamente planejada por homens e para homens, é formada por espaços que desconsideram as demandas femininas, limitando a circulação segura e confortável desse público. A presença das mulheres nos espaços públicos ainda é marcada por desafios relacionados à insegurança, medo, violência e desigualdade. O ambiente urbano, que se constituiu como plano de fundo para as diferentes demandas da vida cotidiana, ainda se configura como um ambiente hostil e segregador para diferentes extratos da sociedade, em especial, para o gênero feminino.

A violência de gênero é um fenômeno global e historicamente enraizado em diferentes culturas. Como destaca Giddens (2008), não há registros de sociedades em que as mulheres detenham mais poder do que os homens, o que revela a persistência de uma estrutura desigual em que a violência opera como mecanismo de controle e subordinação feminina (DEVAW, 1993). Diversos estudos apontam que as mulheres estão mais suscetíveis a sofrerem violência, especialmente em espaços públicos, onde sua presença é muitas vezes desencorajada (Calió, 1992). Essa condição não é apenas fruto de experiências individuais, mas de uma construção social que afeta de forma diferenciada grupos vulnerabilizados (Bauman, 2009). Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que cerca de 35% das mulheres no mundo já sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo ou por terceiros em algum momento da vida. No Brasil, a pesquisa do Think Olga (2020) revela que 97% das mulheres já foram vítimas de assédio em espaços

¹ Mestranda em Desenvolvimento Urbano, UFPE, mayra.souza@ufpe.br



públicos. Importa ressaltar que a violência de gênero vai além da agressão física: ela se manifesta por meio de atos ou omissões capazes de causar morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como por ameaças, coerções ou restrições arbitrárias de liberdade (CEDAW, 2019). Nesse sentido, a organização espacial das cidades pode configurar-se como um vetor de reprodução das assimetrias de gênero, operando como meio simbólico e material de sustentação das estruturas sociais que perpetuam a violência contra as mulheres.

2 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E GÊNERO

A presença feminina no espaço público constitui eixo central das reflexões entre gênero e urbanismo. Segundo Monteiro (2018), a cidade é um espaço de disputa de poder, onde as relações de gênero são materializadas e reproduzidas, influenciando a forma como mulheres e homens experienciam o ambiente urbano. A presença de mulheres no espaço público é frequentemente permeada por restrições e normas sociais que de forma direta ou indireta acabam por restringir a sua capacidade de apropriar-se dos espaços.

O campo científico que estuda e trata das relações ambiente físico, social e pessoas recebe o nome de Psicologia Ambiental. Nessa área de estudo, os lugares ganham sentidos reais, construídos a partir da experimentação diária e afinidade com os ambientes (Gifford, 2014). Trazendo sua aplicabilidade para o urbanismo, Ribeiro (2009) diz que o principal ponto de reflexão sobre a psicologia ambiental surgiu perante a necessidade da criação de ambientes perceptíveis ao homem, valorizando as aspirações humanas em sua linguagem ambiental, assim, dando sentido aos lugares através do apego às memórias vivenciadas no ambiente. A percepção de um espaço é individual e traz consigo um arcabouço de experiências, aspectos psicológicos e cognitivos que são distintos entre cada ser humano. No entanto, não é impossível que um grupo de pessoas apresentem percepções comuns, uma vez que estão inseridas dentro de um mesmo contexto sociocultural.

A promoção de uma apropriação equitativa do espaço público, é ferramenta fundamental para implementar políticas urbanas que considerem as necessidades e perspectivas das mulheres. Nesse aspecto estão inclusos o planejamento de espaços que garantam segurança, acessibilidade e inclusão, bem como a promoção de uma cultura que valorize a presença feminina no ambiente urbano.



3 MEDO, INSEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO ESPAÇO PÚBLICO

O medo, sensação de insegurança e a violência são fenômenos sociais complexos, mas que, no entanto, representam um aspecto corriqueiro da vida das mulheres. A complexidade se caracteriza pela multidisciplinaridade dos aspectos envolvidos, podendo ser analisados por fatores objetivos, como índices de criminalidade, e subjetivos, como experiências pessoais e construções culturais. Para além da violência urbana comum, as mulheres precisam lidar diuturnamente com um tipo específico de agressão, a violência de gênero. Afirmam Pain e Smith (2008), que o espaço público, tradicionalmente associado à liberdade e à igualdade, é frequentemente percebido pelas mulheres como um ambiente de risco e pela ameaça constante de assédio e violência.

Segundo Valentine (1989), a experiência do medo é mediada por fatores como gênero, classe e raça, tornando-se uma forma de controle social que restringe a liberdade de circulação e o acesso a direitos básicos. O medo e a violência de gênero são subprodutos de um contexto urbano, que desconsidera as necessidades de segurança e mobilidade das mulheres. Estudos como de Whitzman et al. (2013) demonstram que o medo limita a liberdade de acessar determinados locais, horários ou atividades, reforçando desigualdades e restringindo suas oportunidades de trabalho, lazer e educação. Compreender esse fenômeno demanda uma abordagem interdisciplinar que considere tanto os elementos subjetivos quanto as condições materiais do espaço urbano, reconhecendo que essas dimensões são moldadas por estruturas sociais e físicas que podem ser transformadas por meio de um planejamento urbano sensível às questões de gênero e de iniciativas que promovam mudanças culturais em prol de cidades mais seguras e inclusivas.

4 O USO DE MODELOS CIM NA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS DAS MULHERES

A aplicação de modelos CIM (*City Information Modeling*), para análise das interações socioespaciais desponta como um campo emergente e de grande potencial transformador no planejamento e no design urbano. Enquanto os modelos tradicionais de representação espacial – como SIGs e maquetes físicas – se mostram limitados na captura da complexidade das experiências subjetivas como, o CIM oferece uma perspectiva integradora e relacional, capaz de articular dados geométricos, topológicos e, sobretudo,



socioantropológicos. Nesse sentido, a proposta de utilização do CIM articula-se às reflexões de Batty, Allan e Jones (2021), ao enfatizar a necessidade de modelos urbanos que transcendam o físico e incorporem as camadas sociais e culturais dos espaços.

No cerne desse processo está a convicção de que a cidade, enquanto espaço de fluxos e encontros, não é neutra, mas sim, marcada por dinâmicas de desigualdade que afetam de maneira diferenciada corpos e identidades. Como apontam autores como Wilson (2017) e Duzy (2020), a materialização das desigualdades de gênero no espaço urbano manifesta-se por meio de práticas cotidianas que são, ao mesmo tempo, físicas e simbólicas. O CIM, ao viabilizar a modelagem tridimensional dos espaços urbanos e a integração de dados qualitativos e quantitativos, possibilita revelar essas práticas e suas interações socioespaciais de forma visual e analítica. A metodologia proposta prevê a integração de múltiplos dados – como mapeamentos de comportamento (*behavioural mapping*), levantamentos de campo, entrevistas em profundidade e registros de trajetórias – em um ambiente CIM. Essa convergência de fontes permitirá a construção de modelos dinâmicos e paramétricos que articulem aspectos como iluminação, acessibilidade, permeabilidade visual e mobilidade, com percepções subjetivas de medo, segurança e pertencimento. Inspirada nas reflexões de Duzy (2020) acerca das ontologias urbanas, a modelagem transcenderá a simples geometria do espaço, buscando incorporar as “ontologias relacionais” que regem a experiência feminina na cidade.

5 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação dos Modelagem de Informação da Cidade às análises socioespaciais sob a perspectiva de gênero representa um avanço significativo na compreensão crítica da estrutura urbana e de seus impactos sobre diferentes grupos sociais. O uso de modelos CIM revela-se não apenas como uma ferramenta técnica de representação urbana, mas como uma verdadeira plataforma de síntese crítica. Ao integrar múltiplas camadas de informação e tornar visíveis dinâmicas socioespaciais frequentemente invisibilizadas pelas abordagens convencionais, o CIM assume um papel epistemológico, problematizando as formas de produção e apropriação do espaço urbano sob a perspectiva de gênero. Sua capacidade de evidenciar zonas de vulnerabilidade, restrições de mobilidade e áreas de conflito permite não apenas diagnósticos mais precisos, mas também a formulação de



propostas de intervenção comprometidas com a justiça espacial e a equidade de gênero. Assim, ao ser adotado como recurso metodológico e crítico, contribui-se para o fortalecimento de práticas urbanas mais sensíveis às desigualdades estruturais, reafirmando o potencial transformador do urbanismo na construção de cidades verdadeiramente inclusivas, seguras e democráticas para todas e todos.

6 REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009
- CALIÓ, S. **Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- DEVAW. **Declaration on the Elimination of Violence against Women**, 1993. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.21_declaration%20elimination%20vaw.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.
- DUZY, Vítor. **Modeling the City: Formal Ontology and Spatial Humanities**. New York: Springer, 2020..
- GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology: Principles and Practice**. 6. ed. Victoria: Optimal Books, 2014.
- MONTEIRO, Ana Clara. **Gênero e cidade: disputas de poder no espaço urbano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 1, p. 45-62, 2018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/456>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- PAIN, R.; SMITH, S. J. **Fear: Critical Geopolitics and Everyday Life**. Routledge, 2008.
- RIBEIRO, Wallace Carvalho; LOBATO, Wolney; LIBERATO, Rita de Cássia. **Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental**. Sinapse Ambiental, 2009, p. 42- 65.
- WILSON, Jeff. **Modeling Cities & Towns**. New York: Routledge, 2017.
- VALENTINE, G. **The Geography of Women's Fear**. *Area*, v. 21, n. 4, p. 385-390, 1989.